

Petição pela liberdade de escolha e qualidade na educação

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia da República,

Vimos por este meio apresentar uma proposta de reorganização do actual sistema de ensino Português que tem como principais objectivos aumentar a qualidade do sistema e dotar as famílias de uma maior liberdade de escolha no que respeita à educação das crianças.

Na génese da nossa proposta está o pressuposto de que, de todos os actores do sistema de ensino, a criança é o mais importante. E porque é um imperativo ético proporcionar a todas as crianças o acesso a um ensino de qualidade e em real e efectiva igualdade de circunstâncias e de oportunidades, propomos o seguinte modelo:

Liberdade de escolha para as famílias

Todas as famílias podem escolher, sem qualquer custo, a escola (seja pública, privada ou cooperativa) que desejem para as suas crianças.

Com o custo igual ao que o Estado já hoje tem por aluno no ensino público, propomos que o Ministério da Educação financie a educação de cada criança na escola que esta e a sua família livremente escolherem.

A concorrência justa gera a excelência

No nosso modelo todas as escolas, independentemente do sector a que pertençam (público, privado ou cooperativo), estarão em livre e justa concorrência. Uma vez que as famílias terão a total liberdade de escolha e que as escolas serão exclusivamente financiadas pelos alunos que conseguirem atrair, estas terão necessariamente de ser excelentes ou as famílias não as incluirão nas suas opções de escolha.

Estabilidade do sistema

O nosso modelo prevê, portanto, que as piores escolas irão fechar (ou, mais provavelmente, mudar os seus dirigentes e restante equipa por pessoas mais competentes), dando assim lugar a melhores escolas.

Contudo, e porque acreditamos que a educação não deve funcionar ao sabor das leis de mercado, defendemos que todas as escolas que desejem aderir a este modelo (e assim receber o respectivo financiamento por aluno) sejam licenciadas pelo Ministério da Educação. Este licenciamento irá conferir estabilidade ao sistema.

A estas escolas, supondo que cumprem todos os requisitos, deverá ser atribuída uma licença com uma determinada duração. O Ministério, ao atribuir esta licença, saberá qual é a capacidade máxima de alunos que cada escola será capaz de comportar.

Durante o período em que a licença é válida cada escola terá de preencher, no mínimo, uma percentagem mínima do total das vagas de que dispõe (esta percentagem será fixada na lei e igual para todas as escolas, naturalmente). As escolas que não o conseguirem fazer perderão a licença.

Excesso de procura

Naturalmente que se existirem escolas que fechem porque, devido aos seus baixos níveis de qualidade, não conseguem atrair alunos também existirão escolas que, pelos seus elevados níveis de excelência, serão escolhidas por muitas famílias, criando assim um excesso de procura que ultrapassará a sua capacidade instalada.

O modelo que apresentamos nesta petição prevê resolver este problema através da introdução de critérios de ordenação nas listas de candidatos que serão geradas pelo sistema central de candidaturas gerido exclusivamente pelo Ministério da Educação, o qual é o ponto fulcral do nosso modelo.

Defendemos que o critério a utilizar deverá ser o mérito de cada aluno, através da nota obtida em avaliações externas nacionais e universais. Outro critério a ponderar poderá ser o local de residência das famílias (embora as falsas declarações de morada possam introduzir injustiças indesejáveis). Contudo, a serem utilizados os dois critérios defendemos, claramente, que o mérito tenha um maior peso no calculo da nota final de candidatura.

No caso do(s) primeiro(s) ano(s) (até à aplicação do primeiro exercício de avaliação), pensamos que o critério do local de residência das famílias deverá ser tido em consideração sempre que houver excesso de procura.

Sistema central de candidaturas

O sistema central de candidaturas implementado e gerido exclusivamente pelo Ministério da Educação deverá ser semelhante ao que existe para as candidaturas ao ensino superior, sendo que a principal diferença é que neste caso a colocação da criança numa das suas opções (introduzidas por ordem de preferência) é sempre garantida.

Após concluído o período de candidaturas o sistema gerará as listas de candidatos ordenados pelos critérios (objectivos e universais) previamente definidos e afectará os alunos a uma única escola.

Distribuição mais heterogénea dos alunos

Com este sistema centralizado de candidaturas evitamos que as escolas procedam à selecção das crianças em função de outros critérios.

Com esta distribuição tendencialmente mais heterogénea das crianças as escolas (públicas, privadas ou cooperativas) e, sobretudo, os professores estarão em condições de igualdade muito mais justas.

Mas o mais importante é que, no modelo que aqui defendido, uma criança com mérito mesmo que pertença à família mais pobre do país poderá estudar sempre nas melhores escolas mesmo que, no limite, estas sejam privadas.

Fase de transição

Conscientes que o maior entrave à concretização deste modelo é o vínculo laboral dos docentes ao Ministério da Educação o que propomos é a passagem dos actuais docentes para uma bolsa pública, mantendo todos os direitos e regalias até ao final da sua carreira. Os docentes serão, portanto, remunerados directamente pelo Ministério da Educação.

As escolas poderão, no âmbito da sua autonomia, recorrer a esta bolsa para satisfazer as suas necessidades de pessoal docente. Isto não invalida, contudo, que os docentes possam por sua iniciativa candidatar-se a qualquer escola onde desejem leccionar.

Outras vantagens directas ou indirectas do nosso modelo

- Consenso alargado porque é um movimento que nasce dos cidadãos e não de qualquer partido político;
- Promove o nascimento e existência de escolas mais especializadas (música, desporto, ciência, etc.);
- Dispensa qualquer modelo de avaliação dos docentes;
- Esta mudança pode constituir-se como um desígnio nacional mobilizador de toda a sociedade civil na sua concretização;

- Autonomia das escolas. Públicas locais (de gestão autárquica). Escolas geridas por cooperativas de professores, de encarregados de educação ou mistas;
- Maior envolvimento e cooperação entre a escola e a comunidade local;
- Maior liberdade e responsabilidade para todos os actores intervenientes no sistema;
- Máxima satisfação das famílias por poderem escolher qualquer escola para os seus filhos;
- Liberdade das actuais escolas privadas aderirem, ou não, ao modelo. Se desejarem aderir terão de se sujeitar ao limite fixado pelo financiamento por aluno, caso contrário poderão continuar no mercado a cobrar os valores que desejarem;
- Os exames externos para aferir o mérito poderão também constituir um excelente e sempre actualizado barómetro do estado global do sistema.

Os signatários